

MERCADOS



Bolsa avança 1,09%, a 128,5 mil pontos, e sobe 1,57% na semana

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), como na quinta-feira passada, o Ibovespa (Índice Bovespa) operou em alta desde a abertura, nesta sexta aos 127,1 mil, e fechou o dia com ganho de 1,09%, aos 128.508,67 pontos, maior nível desde o encerramento de 9 de abril, então perto dos 129,9 mil. Em Nova York, a alta do dia ficou entre 1,18% (Dow Jones) e 1,99% (Nasdaq).

Na Bovespa, tão importante quanto o nível de fechamento desta sexta-feira foi o giro financeiro, que avançou para R\$ 27,8 bilhões, em patamar que tem sido raramente visto fora das datas de vencimento de opções sobre o Ibovespa ou sobre ações. Nesta semana de transição de abril para maio, o índice da B3 acumulou ganho de 1,57%, e nas duas primeiras sessões do novo mês avança 2,05%, reduzindo a perda do ano a 4,23%. Assim, engata duas semanas no positivo, algo não visto desde março, após avanço de 1,12% na semana anterior.

Na Bovespa, nesta sexta-feira, o avanço na casa de 1% no Ibovespa foi garantido mesmo com a fraqueza das ações mais pesadas do índice, Vale (ON +0,11%) e especialmente Petrobras (ON -1,57%, PN -1,34%). No setor metálico, destaque positivo após o balanço trimestral para o forte avanço de Gerdau

(PN +5,53%) e de Gerdau Metalúrgica (+5,35%) e, entre os grandes bancos, para BB (ON +1,84%) e Itaú (PN +1,26%). Na ponta do Ibovespa, Azul (+7,78%), Magazine Luiza (+7,53%) e Yduqs (+6,87%). No lado oposto, Prio (-1,41%) e PetroReconcavo (-1,15%), além das duas ações de Petrobras - em dia negativo para as cotações do petróleo, que cederam 6% ao longo da semana, com a redução das tensões no Oriente Médio.

No quadro mais amplo, "com o payroll enfraquecido, o mercado volta a apostar em Selic entre 9% e 9,5% no fim do ano, puxando as ações do setor de consumo principalmente, como Magalu, e construtoras como EzTec (+6,01%) e Cyrela (+5,93%). E Azul também 'performou' bem hoje com a notícia que o governo pode criar um fundo permanente para ajudar o setor de aviação", diz Andre Fernandes, head de renda variável e sócio da A7 Capital.

DÓLAR

O dólar emendou nesta sexta-feira, o segundo pregão consecutivo de forte queda no mercado doméstico de câmbio.

No fim do dia, o dólar à vista recuava 0,84%, cotado a R\$ 5,0698 - menor valor de fechamento desde 9 de abril.

A moeda acumula baixa de 2,36% nos dois primeiros pregões de maio, após ter subido 3,53% em abril.

IBGE

Produção industrial registra avanço de 0,9% em março

VITOR ABDALA/ABRASIL

A produção industrial brasileira cresceu 0,9% em março deste ano, na comparação com fevereiro. No mês anterior, a indústria havia crescido 0,1%. O crescimento em dois meses não foi suficiente para recuperar a perda de 1,1% no setor em janeiro.

Os dados da Produção Industrial Mensal (PIM) foram divulgados nesta sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa mostra que, na comparação com março de 2023, foi registrada uma queda de 2,8%. A produção industrial acumula altas de 1,9% no ano e de 0,7% no período de 12 meses.

A indústria está 0,4% acima do nível pré-pandemia (feve-

reiro de 2020) mas 16,3% abaixo do ponto mais alto da série histórica, observado em maio de 2011.

Apesar do resultado positivo na passagem de fevereiro para março, apenas cinco das 25 atividades industriais apresentaram alta no período, com destaque para o setor de alimentos, que cresceu 1% no mês, principalmente devido às produções de carne e açúcar.

Além dele, apresentaram alta apenas os segmentos de produtos têxteis (com avanço de 4,5%), impressão e reprodução de gravações (8,2%), produtos farmacêuticos e farmacêuticos (0,5%) e indústrias extrativas (0,2%).

Entre as 20 atividades em queda, os principais destaques negativos foram apresentados

pelos ramos de veículos automotores (-6%), equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-13,3%) e produtos químicos (-2%).

"Os resultados negativos mais espalhados do que a presença de resultados positivos claro que chama atenção, claro que traz algum sinal de alerta", avaliou André Macedo, gerente da pesquisa do IBGE.

Entre as 20 atividades com retração na produção, os principais impactos negativos partiram de veículos automotores, reboques e carrocerias (-6,0%) e equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-13,3%).

Houve recuos significativos também em produtos químicos (-2,0%), metalurgia (-2,6%), celulose, papel e produtos de pa-

pel (-2,8%), produtos diversos (-9,7%), bebidas (-3,3%), couro, artigos para viagem e calçados (-6,0%), confecção de artigos do vestuário e acessórios (-4,5%), produtos de minerais não metálicos (-3,2%), coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-0,6%) e produtos de metal (-2,6%).

Na análise das quatro grandes categorias econômicas da indústria, houve crescimento nos bens intermediários, que são insumos industrializados usados no setor produtivo (1,2%), e nos bens de consumo semi e não duráveis (0,9%). Por outro lado, apresentaram queda os bens de consumo duráveis (-4,2%) e os bens de capital, ou seja, máquinas e equipamentos usados no setor produtivo (-2,8%).

FENABRAVE

Vendas de veículos novos têm melhor abril desde 2019

EDUARDO LAGUNA/AE

As vendas de veículos novos voltaram a se aproximar do patamar de antes da pandemia, com 220,8 mil unidades comercializadas no mês passado. Divulgado nesta sexta-feira, pela Fenabreve, a asso-

ciação que representa as concessionárias, o resultado apresenta uma alta de 37,4% frente ao número de abril do ano passado.

Na comparação com março, o crescimento foi de 17,6%, em balanço que engloba carros de passeio, utilitários leves, cami-

nhões e ônibus.

Melhor abril do setor desde 2019, quando foram emplacados 231,9 mil veículos no País, o desempenho reflete a melhora das condições de crédito, dada a queda dos juros, assim como a demanda consistente das locadoras, que estão renovando

suas frotas.

"O momento mais favorável ao crédito e os juros mais contidos continuam tracionando o setor, especialmente, o mercado de automóveis e comerciais leves", comentou o presidente da Fenabreve, José Maurício Andreta Júnior.

CÂMARA DE SÃO PAULO

Justiça suspende sessão que aprovou projeto sobre venda da Sabesp

ELISA CALMON
E MATHEUS DE SOUZA/AE

A Justiça de São Paulo suspendeu a sessão da Câmara Municipal de São Paulo que aprovou quinta-feira passada, o projeto de lei que prevê a adesão da capital à privatização da Sabesp. A decisão veio após uma ação popular questionar a realização da votação. A crítica é que o processo não teria atendido todos os requisitos para aprovar a privatização.

"Sendo assim, seja pelo fato de não terem sido feitas as audiências públicas necessárias, nem os estudos e laudos pertinentes, desrespeitando os princípios constitucionais que permeiam o processo legislativo, bem como por clara afronta à determinação judicial, não resta outra medida que não a suspensão dos efeitos da votação", diz o documento enviado à Justiça.

A juíza Celina Kiyomi Toyoshima, da 4ª Vara de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça de São Paulo, acolheu o pedido de anular os efeitos da votação. "Intimamente ainda a parte autora para que adite a petição inicial, incluindo a Municipalidade de São Paulo no polo passivo", segundo a decisão.

Em nota, a Presidência da Câmara Municipal de São Paulo afirma que "todo o rito Legislativo foi legal e os critérios da liminar em vigor foram cumpridos", ou seja, a votação ocorreu após todas as audiências públicas previamente agendadas e após a apresentação do estudo de impacto orçamentário.

O pronunciamento diz ainda que "não há que se falar em suspensão dos efeitos da sessão", pois a Câmara entende que não cabe interferência judicial no trâmite legislativo, muito menos em um processo legislativo já encerrado".

VOTAÇÃO

O projeto que autoriza a cidade de São Paulo a continuar a ser atendida pela Sabesp depois da privatização foi aprovado de maneira definitiva na véspera com 37 votos favoráveis e 17 contrários.

A sessão de ontem, assim como a do primeiro turno, foi marcada por protestos de parlamentares da oposição e manifestantes contrários à privatização da Sabesp. Minutos após a aprovação na Câmara, em segundo turno, o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB) sancionou o texto.

GM anuncia demissões em São José dos Campos; sindicato estima corte de 50 pessoas

EDUARDO LAGUNA/AE

A General Motors (GM) enviou na quinta-feira passada, telegramas de demissão de trabalhadores da fábrica de São José dos Campos, no interior paulista, onde a montadora produz o utilitário esportivo TrailBlazer e a picape S10. Segundo estimativa do sindicato, já que a montadora não divulga o número de cortes, foram demitidos aproximadamente 50 funcionários que estavam em licença remunerada.

Procurada, a montadora informou que os desligamentos fazem parte do processo de adequação do quadro de empregados anunciado em outubro, e firmado no mês seguinte em acordo coletivo. Na época, a montadora, por determinação da Justiça do Trabalho, teve que cancelar demissões de 1,2 mil trabalhadores em suas fábricas paulistas. Foi aberto, então, um programa de demissões voluntárias. Quem não saiu no PDV foi colocado em licença remunerada.

A GM diz que as demissões foram necessárias e permitirão que a montadora mantenha a agilidade e sustentabilidade de suas operações. Segundo o sindicato, as demissões foram comunicadas um dia antes do fim do período de estabilidade no emprego, previsto no acordo coletivo assinado com a GM em novembro.

Na fábrica de São José dos Campos, 696 trabalhadores já tinham se desligado da GM pelo PDV. Dos 140 que estavam em licença remunerada, 15 fo-

ram chamados de volta ao trabalho e cerca de 70 estão afastados pelo INSS.

"Esses postos de trabalho poderiam, sim, ser mantidos. As demissões vão na contramão do anúncio de novos investimentos feito recentemente pela montadora", comenta o presidente do sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos, Weller Gonçalves, referindo-se ao novo ciclo de R\$ 7 bilhões previstos em investimentos da GM para o período de 2024 a 2028.

BC

Crédito ao setor não financeiro mostra crescimento generalizado em março

CÉLIA FROUFE E
FERNANDA TRISOTTO/AE

O chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha, afirmou nesta sexta-feira que o crédito ampliado ao setor não financeiro, que alcançou R\$ 16,3 trilhões em março e é a medida mais abrangente de crédito, já equivale a 1,5 vez o Produto Interno Bruto

(PIB) do País. Ele explicou que o crescimento no mês foi generalizado e verificado em todos os segmentos.

Rocha destacou a ampliação, de modo geral, dos empréstimos do Sistema Financeiro Nacional (SFN), e em títulos de dívida, com aumento dos saldos da dívida pública e também nos títulos securitizados.

Ele afirmou ainda que o cres-

cimento do crédito total mostrou aceleração em março e que esse avanço é robusto em várias desagregações - na comparação com o mês anterior, no acumulado do ano e em 12 meses.

Observou também que já são dois meses com taxa de crescimento, mas que é preciso esperar mais um período para cravar que há uma nova tendência de expansão.

"Em março, nós temos uma segunda observação que nos mostra um crescimento dessas taxas. Não é ainda o suficiente para a gente poder cravar assim que essa trajetória de desaceleração se encerrou e daqui para frente você vai ter uma nova trajetória de crescimento, mas são dois meses com uma aceleração dessa taxa de crescimento do crédito em 12 meses", destacou Rocha.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

TRAGÉDIA NO RS

Governo decide adiar prova do 'Enem dos Concursos'

CAIO SPECHOTO E GABRIEL HIRABAHASI/AE

A ministra da Gestão, Esther Dweck, anunciou nesta sexta-feira, o adiamento do primeiro Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), que ficou conhecido como "Enem dos Concursos". As provas estavam marcadas para este domingo. A ministra deu as declarações no Palácio do Planalto.

A ministra disse que, com o adiamento, todos candidatos terão as mesmas condições para as provas. Não há uma nova data para a realização do exame. Segundo Dweck, em algumas semanas, "talvez menos", o governo deve divulgar nova data

para o concurso. "O adiamento reforça o compromisso do presidente Lula com um País mais inclusivo", afirmou.

A decisão, segundo a ministra, foi motivada pelas enchentes que já mataram ao menos 39 pessoas no Rio Grande do Sul e deixaram parte do Estado submerso. Trata-se de um recuo do governo. Na quinta-feira passada, depois de a cúpula do Executivo discutir o assunto, o Ministério da Gestão publicou uma nota afirmando que a data do concurso seria mantida.

"A gente chegou à conclusão de que a solução mais segura para todos os candidatos do Brasil é o adiamento da prova. Essa é a decisão que foi tomada", afirmou.

A ministra disse que se trata de uma "calamidade de proporções inéditas" e que o governo "estava muito focado em realizar a prova no domingo, mas como foi descrito pelo ministro Paulo Pimenta, o cenário na região sul foi se agravando a cada hora".

"Nossa ideia foi garantir democratização de acesso ao serviço público e inclusão de brasileiros nesse processo. A gente, até ontem, tinha como objetivo garantir logística para realização na prova. A gente tinha quase 2,5 milhões envolvidas no processo de aplicação do concurso. A gente sabe que os candidatos estão se mobilizando para chegar aos locais de prova", alegou a ministra.

O CPNU teve 2,1 milhões de inscritos. O ministro da Secretaria de Comunicação, Paulo Pimenta, disse mais cedo que eventual adiamento das provas custaria R\$ 50 milhões. Pimenta afirmou que o governo avaliava como dar segurança jurídica a qualquer medida para facilitar a participação de pessoas afetadas pelas chuvas em solo gaúcho no concurso.

"A garantia é que ninguém no Estado do Rio Grande do Sul será prejudicado, ninguém será impedido de participar do concurso. Se não puder fazer a prova no domingo, vamos ter que construir uma outra alternativa", disse Pimenta no programa Bem Dia Ministro, da EBC, mais cedo nesta sexta-feira.

Ministra: custo do adiamento é inferior ao do concurso, mas não é baixo

CAIO SPECHOTO E GABRIEL HIRABAHASI/AE

A ministra da Gestão, Esther Dweck, disse nesta sexta-feira, que ainda não há um custo exato que o adiamento do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) terá, mas que não será um valor baixo. Segundo a ministra, o gasto vai variar, principalmente, a depender das questões logísticas até a nova data de

realização do exame.

"A gente não tem ainda o custo exato. Não sabemos se vamos manter a mesma prova, se vai ser deslocada. A gente tinha um custo inicial, que foi inclusive inferior ao valor arrecadado no concurso. Mas a gente terá um custo, não tem como precisar. Vai depender da logística", afirmou.

Segundo Esther Dweck, ao adiar o exame, o governo não terá o custo com fiscais, mas já te-

ve de arcar com os gastos com o transporte das provas até as cidades de aplicação do exame.

"Ao cancelar hoje, a gente não tem um custo com fiscais. Mas a gente já tinha tido todo o custo de levar as provas até a ponta. É inferior ao total, mas não é tão baixo assim", afirmou. Esther Dweck reforçou, porém, que se trata de "um custo baixo diante da situação que estamos vivendo".

A ministra disse que o dinhei-

ro para garantir a aplicação do exame vai sair do Orçamento da União. O governo já está discutindo um remanejamento interno nesse sentido. Segundo a ministra, o próprio adiamento da entrada dos servidores públicos também deve ter um impacto ainda a ser mensurado (ou seja, a União gastaria menos neste ano já que a entrada desses trabalhadores seria adiada por um período).

PLANO SAFRA

Lideranças levam a Haddad pedido de R\$ 36 bi para máquinas agrícolas

MARIANNA GUALTER E EDUARDO LAGUNA/AE

O Plano Safra foi tema de reunião desta sexta-feira, do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com lideranças da indústria de máquinas usadas no campo e do agronegócio. Os representantes dos setores levaram ao ministro o pedido de ao menos R\$ 36 bilhões para o financiamento das compras de máquinas agrícolas.

O Plano Safra 2024/2025 começa em 1º de julho de 2024 e se estende até 30 de junho de 2025. "Nós levamos as mesmas demandas que já tínhamos apresentado ao ministério da Agricultura e ao MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agri-

cultura Familiar", relatou o presidente da câmara setorial de máquinas agrícolas da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Pedro Estevão Bastos.

Segundo Estevão, os representantes reforçaram a solicitação de R\$ 26 bilhões pelo Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota) e de R\$ 10 bilhões para o Pronaf, voltado à agricultura familiar "Houve outros detalhes sobre como será o financiamento, mas isso não é importante. O importante é que nós precisamos de recursos ao longo dos 12 meses."

No último plano, os recursos do Moderfrota, que financia a

aquisição de tratores e colheitadeiras, entre outros equipamentos usados na produção agrícola, duraram apenas quatro meses. Já o dinheiro do Pronaf acabou em seis meses. As vendas de máquinas agrícolas caíram 16,2% no ano passado, somando 56,7 mil unidades. Neste ano, o setor segue em baixa, com vendas no primeiro trimestre 39% inferiores às do mesmo período de 2023, conforme informou hoje a Fenabreve, entidade que representa os revendedores.

A definição das taxas de juros do plano também entrou em pauta no encontro com Haddad, que aconteceu no gabinete do ministério da Fazenda na avenida Paulista. "Nós sempre sugerimos ao governo o que chamamos de juros compatíveis com a

atividade", disse Estevão. "Nunca falamos em porcentual, porque porcentual é um trade-off. Quanto menor o juro, menor o recurso. Quanto maior o juro, maior o recurso."

A reunião, segundo participantes, foi apenas preliminar para reforçar as demandas por um Plano Safra robusto, e também para os empresários obterem esclarecimentos. Não houve um encaminhamento definitivo da Fazenda, sendo que a reunião foi classificada como preliminar. Haddad, porém, mostrou muita sensibilidade ao tema, contou o presidente da Abimaq, José Velloso. "Para esse governo, pelo menos no que eles sempre nos dizem, a agricultura e a pecuária são prioridades."

BALANÇO

Latam tem lucro de US\$ 258 milhões no primeiro trimestre

ELISA CALMON/AE

O Grupo Latam reportou na quinta-feira passada lucro líquido de US\$ 258 milhões no primeiro trimestre de 2024. O número representa um crescimento de 111,8% em relação ao montante registrado em igual período do ano passado. A companhia atribui o resultado à "forte demanda, eficiência em custos e sólida participação no mercado".

Nos primeiros três meses do ano, o Grupo Latam transportou 20,2 milhões de passageiros, o que representa alta 19,4% em relação a igual período de 2023.

O volume é explicado pelo aumento de 32,5% de passageiros transportados no segmento internacional, 26% nos mercados domésticos das afiliadas do Chile, Colômbia, Equador e Peru, e 9,1% no mercado doméstico da afiliada no Brasil.

"A demanda segue crescente e forte, mesmo com o atual patamar elevado de preços", disse o CEO da aérea no Brasil, Jerome Cadier, durante entrevista coletiva após a divulga-

ção dos resultados do primeiro trimestre de 2024.

O Ebitda ajustado - lucro antes de impostos, tributos, depreciação e amortização e custos - somou US\$ 796 milhões entre janeiro e março, 39% maior do que no primeiro trimestre de 2023. Junto com os resultados, a aérea anunciou uma elevação no guidance para o Ebitdar ajustado de 2024. A projeção subiu de US\$ 2,6 bilhões a US\$ 2,9 bilhões para US\$ 2,75 bilhões a US\$ 3,05 bilhões. Se confirmada, a estimativa representaria aumento de aproximadamente 10% a 22% em relação ao ano anterior.

As receitas operacionais totais atingiram US\$ 3,3 bilhões no primeiro trimestre, aumento de 18,4% em relação ao mesmo período de 2023, explicado principalmente por um aumento de 21% nas receitas de passageiros, segundo a companhia.

"A saúde financeira e eficiência atingidas nos últimos anos nos permite olhar para frente com otimismo e planejar um crescimento sustentável", afirmou Cadier.

Nota

PETROBRAS INICIA PROCESSO PARA RETOMADA DAS OBRAS DO POLO GASLUB

A Petrobras iniciou o processo de contratação para retomada de obras do Polo GasLub, em Itaboraí, no Rio de Janeiro. A empresa lançou, na quinta-feira passada, processo de licitação pública para contratação das empresas que vão realizar as obras de construção e de conclusão de unidades operacionais no Polo. O Polo GasLub era chamado anteriormente de Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), projetado para o refino do petróleo e gerando produtos com alto valor agregado. As obras foram interrompidas em 2015, devido a desdobramentos da Operação Lava Jato, envolvendo diversas empresas com contratos no Comperj. De acordo com a Petrobras, após a conclusão das obras, o conjunto de unidades terá capacidade aproximada de produzir 12 mil barris por dia (bpd) de óleos lubrificantes de Grupo II, além de 75 mil bpd de diesel S-10 e 20 mil bpd de querosene de aviação (QAV-1).

Hospital Federal dos Servidores do Estado SUS MINISTÉRIO DA SAÚDE GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2024

O Agente de Contratação Antônio José de Souza Castro convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 90004/2024 no dia 16/05/2024 às 11h00min. – Objeto: Aquisição de aspirador manual e cânula para aspiração manual, nos termos da tabela do Termo de referência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos. Processo nº 33433.123653/2023-20. O pregão será realizado no site <https://www.comprasnet.gov.br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

ZEE DOG S.A.
CNPJ/MF Nº 15.662.972/0001-19 - NIRE 33.3.0030291-3

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024.
Data, Hora e Local: No dia 28 de março de 2024, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade de Queimados, Estado do Rio de Janeiro, na Rodovia Presidente Dutra, nº 25.551, KM 188, Setor A, Bloco 1, Armazéns 41 a 46, tendo a assembleia sido realizada, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, de forma digital, mediante atuação remota, via sistema eletrônico, e subsequente registro da presença e votos por meio da plataforma de assinatura digital de documentos. **Convocação e Presença:** A convocação para a Assembleia Geral Extraordinária foi dispensada, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), face a presença da única acionista da Companhia, conforme se verifica da Lista de Presença de Acionistas da Companhia constante da presente ata como Anexo I. **Mesa:** Presidente: Felipe Diz; Secretário: Thadeu Diz. **Ordem do Dia:** deliberar sobre (i) a ratificação da nomeação e contratação da sociedade especializada KPMG Auditores Independentes Ltda, responsável pela elaboração dos Laudos de Avaliação da Incorporação (conforme definido); (ii) os laudos de avaliação a valor contábil dos patrimônios líquidos da Lolopet Alimentos Naturais S.A. ("Lolopet") e da Zee Now Comércio de Produtos para Animais S.A. ("Zee Now") a serem incorporados pela Companhia (os "Laudos de Avaliação da Incorporação"), laudos estes que estão anexados ao Protocolo (conforme definido abaixo); (iii) o "Instrumento de Protocolo e Justificação da Incorporação da Lolopet Alimentos Naturais S.A. e da Zee Now Comércio de Produtos para Animais S.A. pela Zee Dog S.A." (doravante designado "Protocolo") (Anexo II), firmado pela Diretoria da Companhia, pela Diretoria da Zee Now Comércio de Produtos para Animais S.A. e pela Diretoria da Zee Dog; (iv) a incorporação da Companhia pela Zee Dog, nos termos do Protocolo, e sua consequente extinção; e (v) a outorga de autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à implementação da incorporação. **Deliberações:** A única acionista da Companhia, Zee Dog S.A., tendo aprovado a nomeação e contratação da sociedade especializada KPMG Auditores Independentes Ltda, responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação da Incorporação; (ii) Aprovar o Laudo de Avaliação da Incorporação; (iii) Aprovar o Protocolo, constante do Anexo II, relativo à incorporação da Companhia pela Zee Dog; (iv) Aprovar a incorporação, e, por via de consequência, a extinção da Companhia, passando a Zee Dog a suceder a Companhia em relação a todos os seus direitos e obrigações, nos termos do artigo 227 da Lei das S.A.; (v) Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos complementares necessários para implementar a incorporação da Companhia pela Zee Dog, incluindo a celebração de quaisquer instrumentos e contratos necessários, bem como os registros necessários nos Livros societários da Companhia. **Encerramento:** As 11:00 horas, nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que é assinada pela única acionista. Rio de Janeiro, 28 de março de 2024. **Felipe Diz** - Presidente; **Thadeu Diz** - Secretário da Mesa. **Acionista: ZEE DOG S.A. Felipe Diz** - Diretor; **Thadeu Diz** - Diretor. JUCESP nº 190.254/24-5 em 28/04/2024.

LOLOPET ALIMENTOS NATURAIS S.A.
NIRE 35.300.533.41-1 - CNPJ/MF Nº 33.071.157/0001-67

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024.
Local, Dia e Hora: No dia 28 de março de 2024, às 11:00 horas, na sede da Companhia, no Município de Americana, Estado de São Paulo, na Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 2.900, Vila Israel, CEP 13478-540, tendo a assembleia sido realizada, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, de forma digital, mediante atuação remota, via sistema eletrônico, e subsequente registro da presença e votos por meio da plataforma de assinatura digital de documentos. **Convocação e Presença:** A convocação para a Assembleia Geral Extraordinária foi dispensada, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), face a presença da única acionista, conforme se verifica da Lista de Presença de Acionistas da Companhia constante da presente ata como Anexo I. **Mesa:** Presidente: Felipe Diz; Secretário: Thadeu Diz. **Ordem do Dia:** deliberar sobre (i) a ratificação da nomeação e contratação da sociedade especializada KPMG Auditores Independentes Ltda, responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação da Incorporação (conforme abaixo definido); (ii) o laudo de avaliação a valor contábil (o "Laudo de Avaliação da Incorporação") do patrimônio líquido da Companhia a ser incorporado pela Zee Dog S.A. ("Zee Dog"), laudo este que está anexado ao Protocolo (conforme definido abaixo); (iii) o "Instrumento de Protocolo e Justificação da Incorporação da Lolopet Alimentos Naturais S.A. e da Zee Now Comércio de Produtos para Animais S.A. pela Zee Dog S.A." (doravante designado "Protocolo") (Anexo II), firmado pela Diretoria da Companhia, pela Diretoria da Zee Now Comércio de Produtos para Animais S.A. e pela Diretoria da Zee Dog; (iv) a incorporação da Companhia pela Zee Dog, nos termos do Protocolo, e sua consequente extinção; e (v) a outorga de autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à implementação da incorporação. **Deliberações:** A única acionista da Companhia, Zee Dog S.A., tendo aprovado a nomeação e contratação da sociedade especializada KPMG Auditores Independentes Ltda, responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação da Incorporação; (ii) Aprovar o Laudo de Avaliação da Incorporação; (iii) Aprovar o Protocolo, constante do Anexo II, relativo à incorporação da Companhia pela Zee Dog; (iv) Aprovar a incorporação, e, por via de consequência, a extinção da Companhia, passando a Zee Dog a suceder a Companhia em relação a todos os seus direitos e obrigações, nos termos do artigo 227 da Lei das S.A.; (v) Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos complementares necessários para implementar a incorporação da Companhia pela Zee Dog, incluindo a celebração de quaisquer instrumentos e contratos necessários, bem como os registros necessários nos Livros societários da Companhia. **Encerramento:** As 12:00 horas, nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que é assinada pela única acionista. Americana, 28 de março de 2024. **Felipe Diz** - Presidente; **Thadeu Diz** - Secretário da Mesa. **Acionista: ZEE DOG S.A. Felipe Diz** - Diretor; **Thadeu Diz** - Diretor. JUCESP nº 190.254/24-5 em 28/04/2024.

ZEE NOW COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA ANIMAIS S.A.
NIRE 33.3.003274-87 - CNPJ/MF Nº 30.817.991/0001-60

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024.
Local, Dia e Hora: No dia 28 de março de 2024, às 12:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, à Rua Conde de Irajá, nº 260, 1º andar, lado A, Botafogo, CEP 22.274-020, tendo a assembleia sido realizada, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, de forma digital, mediante atuação remota, via sistema eletrônico, e subsequente registro da presença e votos por meio da plataforma de assinatura digital de documentos. **Convocação e Presença:** A convocação para a Assembleia Geral Extraordinária foi dispensada, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), face a presença da única acionista, conforme se verifica da Lista de Presença de Acionistas da Companhia constante da presente ata como Anexo I. **Mesa:** Presidente: Felipe Diz; Secretário: Thadeu Diz. **Ordem do Dia:** deliberar sobre (i) a ratificação da nomeação e contratação da sociedade especializada KPMG Auditores Independentes Ltda, responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação da Incorporação (conforme definido); (ii) o laudo de avaliação a valor contábil (o "Laudo de Avaliação da Incorporação") do patrimônio líquido da Companhia a ser incorporado pela Zee Dog S.A. ("Zee Dog"), laudo este que está anexado ao Protocolo (conforme definido abaixo); (iii) o "Instrumento de Protocolo e Justificação da Incorporação da Lolopet Alimentos Naturais S.A. e da Zee Now Comércio de Produtos para Animais S.A. pela Zee Dog S.A." (doravante designado "Protocolo") (Anexo II), firmado pela Diretoria da Companhia, pela Diretoria da Lolopet Alimentos Naturais S.A. e pela Diretoria da Zee Dog; (iv) a incorporação da Companhia pela Zee Dog, nos termos do Protocolo, e sua consequente extinção; e (v) a outorga de autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à implementação da incorporação. **Deliberações:** A única acionista da Companhia, Zee Dog S.A., tendo aprovado a lavratura da ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, deliberou: (i) Ratificar a nomeação e contratação da sociedade especializada KPMG Auditores Independentes Ltda, responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação da Incorporação; (ii) Aprovar o Laudo de Avaliação da Incorporação; (iii) Aprovar o Protocolo, constante do Anexo II, relativo à incorporação da Companhia pela Zee Dog; (iv) Aprovar a incorporação, e, por via de consequência, a extinção da Companhia, passando a Zee Dog a suceder a Companhia em relação a todos os seus direitos e obrigações, nos termos do artigo 227 da Lei das S.A.; (v) Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos complementares necessários para implementar a incorporação da Companhia pela Zee Dog, incluindo a celebração de quaisquer instrumentos e contratos necessários, bem como os registros necessários nos Livros societários da Companhia. **Encerramento:** As 13:00 horas, nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que é assinada pela única acionista. Rio de Janeiro, 28 de março de 2024. **Felipe Diz** - Presidente; **Thadeu Diz** - Secretário da Mesa. **Acionista: ZEE DOG S.A. Felipe Diz** - Diretor; **Thadeu Diz** - Diretor. JUCERJA nº 6168686 em 16/04/2024.



Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

‘Isto é o que vos ordeno: amai-vos uns aos outros’ (Jo 15,17)

6º Domingo da Páscoa

Iniciamos o mês de maio, Mês de Maria, e neste primeiro domingo deste mês celebramos o sexto do tempo da Páscoa. Já caminhamos para o final do tempo pascal: na próxima semana celebraremos a Solenidade da Ascensão do Senhor e o Dia Mundial das Comunicações Sociais. Muitas comunidades aproveitam esta semana para uma reflexão especial sobre o tema desse dia mundial, que é sobre a Inteligência Artificial. Muitos também iniciam na metade da semana a novena de Pentecostes, e depois chegaremos à Solenidade de Pentecostes, encerrando o período pascal. Na semana entre a Ascensão e Pentecostes iremos viver a preparação para Pentecostes e a semana de oração pela unidade dos cristãos. O tempo da Páscoa é de alegria espiritual em que somos convidados a acolher a paz que o ressuscitado traz e transmitir essa mesma paz aos outros. Em Pentecostes, Jesus sopra sobre os discípulos o Espírito Santo e os envia em missão, e Ele faz o mesmo conosco nos dias de hoje ao final de todas as missas.

Neste 6º domingo do tempo pascal recebemos de Jesus o mandamento do amor que tanto Ele pregou. Se Deus nos ama, devemos amar ao nosso próximo, se dizemos que amamos a Deus, mas odiamos o próximo, seremos considerados mentirosos. Ao longo da oração do Pai pedimos que Deus perdoe as nossas ofensas, mas do mesmo modo temos que perdoar os nossos irmãos. O perdão é um gesto de amor, a própria oração do Pai Nosso é uma oração de amor e gratidão a Deus.

Não somente no tempo da Páscoa, mas ao longo de todo o ano vivamos entre nós o mandamento do amor. O mundo está do jeito que está, cheio de guerras, divisões, violência, porque a Humanidade não compreendeu ainda o mandamento do amor. A maior prova de amor que Deus nos deu foi permitir que seu filho morresse na Cruz para nos salvar. Cada domingo da Páscoa tem uma sequência e um tema específico para nos ajudar a rezar, e, nesse sexto domingo da Páscoa é o mandamento do amor.

A primeira leitura da missa desse domingo é do livro dos Atos dos Apóstolos (At 10,25-26.34-35.44-48), ao longo desse tempo pascal a primeira leitura é sempre do livro de Atos que retrata o início da Igreja primitiva, e como ela foi crescendo e se desenvolvendo, tendo à frente, em primeiro lugar, o Espírito Santo. Podemos observar que a Igreja Católica não nasceu ontem ou anteontem, tem mais de dois mil anos de história a partir do envio de Jesus.

Na leitura específica deste domingo observamos como Pedro consegue evangelizar os pagãos, inclusive Cornélio, um centurião romano. O espírito santo acompanha a Igreja desde o seu nascimento até os dias de hoje. Por meio desse mesmo Espírito Santo, Pedro batiza esses pagãos em nome de Jesus, e depois eles pedem que fique com eles. Desse modo a Igreja foi crescendo e se solidificando.

O Salmo responsorial é o 97 (98), que diz em seu refrão: “O Senhor fez conhecer a salvação e revelou sua justiça às nações”. O Senhor fez conhecer a salvação a partir do momento que faz a aliança com o povo de Israel, e depois culmina essa salvação e aliança de amor com a Humanidade a partir da entrega de Jesus na Cruz. A intenção última de Deus é salvar todo gênero humano. A justiça de Deus e que Ele revela a toda Humanidade é que todos se amem uns aos outros.

A segunda leitura dessa missa é da primeira carta de São João (1Jo 4,7-10), como também vem acontecendo ao longo de todo o tempo pascal. João em suas cartas sempre fala a respeito do amor de Deus por nós e o quanto devemos amar os nossos semelhantes, ou seja, se Deus nos ama devemos amar da mesma forma os nossos semelhantes. João insiste bastante nesse tema do amor porque havia muitas divisões na comunidade a qual João pregava. O amor de Deus é tão grande por nós que enviou o seu Filho ao mundo para que morresse por nós na Cruz a fim de nos salvar. Quem não ama, não conheceu a Deus, pois Deus é amor.

O Evangelho desse domingo é de João (Jo 15,9-17): nesse trecho do Evangelho Jesus fala a respeito do mandamento do amor: Jesus procurou ensinar a Humanidade o caminho do amor, inclusive resumindo os dez mandamentos em dois, não excluindo os outros oito, mas dando pleno cumprimento. Esses dois mandamentos referem-se ao amor a Deus e ao próximo. De fato, os 10 mandamentos da lei de Deus referem-se sobre a nossa relação com Deus e com o próximo. Os três primeiros são a nossa relação com Deus, e do quarto ao décimo refere-se à nossa relação com o próximo.

A Humanidade no tempo de Jesus vivia com grandes conflitos, sobretudo na Palestina e em Israel por conta do Império Romano, pois quem não seguisse o que determinava o império era punido. Infelizmente havia muitas injustiças e perseguições com aqueles que optavam pelo caminho da justiça. Por isso que a função do profeta, inclusive de Jesus, era anunciar a justiça e denunciar as injustiças. A justiça que Jesus anunciava era o amor.

Nos dias de hoje, a Humanidade precisa de pessoas com a mesma coragem dos profetas e de Jesus para anunciar a justiça e a verdade, e ensinar aos outros o caminho do amor. Essas pessoas são cada um de nós, batizados e batizadas, enviados e chamados por Ele a ser discípulos e missionários.

Cumpramos o mandato que Jesus nos dá ao final do Evangelho de hoje: “Isto é o que vos ordeno: amai-vos uns aos outros” (Jo 15,17). Se cumprirmos isso que Jesus nos ordena construiremos um mundo melhor, pois, se queremos construir uma sociedade, a mudança deve começar de cada um de nós. Homens e mulheres novos fazem acontecer a cultura do encontro, da paz, da esperança e, pela graça de Deus, ajudam a transformar o mundo. Façamos a nossa parte, sejamos cristãos católicos autênticos e vivamos a fé no dia a dia.

CRIME SEM CASTIGO

MP volta a pedir prisão do ‘playboy’ do Porsche

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

O Ministério Público de São Paulo (MPSP) entrou com recurso no qual volta a pedir a prisão do playboy Fernando Sastre de Andrade Filho, condutor do carro de luxo Porsche, que provocou um grave acidente em São Paulo, no mês passado.

A colisão provocou a morte do motorista de aplicativo, Orinaldo da Silva Viana, e ferimentos no estudante de medicina Marcus Vinicius Machado Rocha, que estava no banco do passageiro do Porsche.

A promotora de Justiça Monique Rattón ajuizou, na quinta-feira passada, medida cautelar inominada pedindo que a Justiça acate recurso apresentado contra a decisão que indeferiu a prisão preventiva do motorista do Porsche. Para ela, além de o caso preencher os requisitos autorizadores da prisão preventiva, "existe por parte do acusado ato de influência no depoimento de testemunha, constatado após a disponibilização das gravações das imagens policiais". Segundo o MPSP, a citação se refere à namorada do motorista,

“O recurso frisa ainda que o homem figura em outros dois boletins de ocorrência envolvendo acidentes automobilísticos. Em um desses registros consta a informação de que ele atingiu dois motociclistas com seu veículo”

MPSP

que deu depoimento com informações idênticas àquelas apresentadas pela mãe do acusado. “O recurso frisa ainda que o homem figura em outros dois boletins de ocorrência envolvendo acidentes automobilísticos. Em um desses registros consta a informação de que ele atingiu dois motociclistas com seu veículo”, disse o MPSP.

A promotora denunciou Sastre no dia 29 de abril por homicídio doloso qualificado (pena de 12 a 30 anos de reclusão) e lesão corporal gravíssima (que pode elevar a pena total em um sex-

to), ambos na modalidade dolo eventual.

FUGA E INQUÉRITO

O inquérito policial havia sido concluído uma semana antes, solicitando a prisão preventiva do empresário. A mãe de Fernando, Daniela Cristina de Medeiros Andrade, também foi indiciada por fuga do local do acidente.

Na denúncia encaminhada nesta sexta-feira à Justiça, a promotora Monique Rattón se manifestou a favor da decretação da prisão preventiva para evitar

que o denunciado influencie as testemunhas.

O acidente ocorreu no dia 31 de março, na Avenida Salim Farah Maluf, na zona leste de São Paulo. Segundo as investigações, o carro estava em alta velocidade antes de bater no Renault Sandero, de Orinaldo. As investigações apontaram também que, minutos antes, Fernando estava com Marcus Vinicius e as namoradas dos dois rapazes em um restaurante e uma casa de jogos onde teriam consumido bebida alcoólica.

No momento do acidente não foi possível fazer o teste de bafômetro, porque a mãe do motorista do Porsche, Daniela, foi ao local do acidente e tirou o filho do lá, com autorização da Polícia Militar que já estava presente, alegando que ia levá-lo ao hospital. Segundo o Ministério Público, o empresário só se apresentou à autoridade policial 36 horas depois da colisão.

Para a promotora do caso, o motorista do Porsche assumiu o risco pelo acidente ao ter dirigido sob influência de bebida e em uma velocidade superior a 150 km/h.

PREVENÇÃO

Capital paulista amplia vacinação contra HPV para jovens até 19 anos

CAMILA BOEHM/ABRASIL

A capital paulista estendeu a vacinação contra o HPV para adolescentes e jovens na faixa etária dos 15 anos até os 19 anos que ainda não tomaram a vacina. O imunizante continua a ser aplicado na faixa etária para a qual é originalmente indicado, dos 9 aos 14 anos.

A vacina contra o HPV protege contra os quatro tipos do pa-

pilomavírus humano responsáveis pela maior parte dos casos de câncer de colo de útero, um dos mais comuns entre as mulheres, além de outros cânceres e verrugas genitais.

A cidade de São Paulo adotou a vacina contra HPV há 10 anos e já aplicou mais de dois milhões de doses, segundo dados do município. A cobertura na faixa etária dos 9 aos 14 anos está em 72,41% para as meninas e

43,37% para meninos. A meta estabelecida pelo Ministério da Saúde é de 80%.

A vacina está disponível ainda para homens e mulheres de até 45 anos imunossuprimidos (pessoas que vivem com HIV/Aids, com imunodeficiência primária ou erro inato da imunidade, em uso de drogas imunossupressoras, transplantados de órgãos sólidos ou medula óssea e pacientes on-

cológicos com doença em atividade ou até alta médica), e para vítimas de violência sexual.

Para receber o imunizante, é necessário apresentar o RG e o cartão do SUS. As UBSs funcionam de segunda a sexta-feira das 7h às 19h; e as Assistências Médicas Ambulatoriais (AMAs)/UBSs Integradas funcionam também aos sábados para vacinação, das 7h às 19h.

BRAGANÇA PAULISTA

Polícia Civil apreende carros de luxo de vigaristas que faziam jogo de azar ilegal

A Polícia Civil apreendeu um Porsche, um Jaguar e cinco iPhones em um condomínio fechado no bairro Euroville, em Bragança Paulista, no interior de São Paulo, na quinta-feira passada. O casal de influenciadores que mora na residência é investigado por promover jogos

de azar, que também é uma contravenção penal.

Policiais do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic) foram até o local cumprir mandados de busca e apreensão expedidos pela Justiça. Os proprietários da casa, de 21 e 24 anos, acompanharam as

buscas dos agentes.

Os celulares apreendidos passarão por perícia. Esses aparelhos eram usados para promover jogos de azar e enganar seguidores, com contas que simulam ganhos, conforme apontam as investigações.

Os dois carros apreendidos

foram adquiridos com o dinheiro obtido com a prática criminosa.

O caso foi registrado na 3ª Delegacia de Investigações sobre Fraudes Financeiras e Econômicas, do Deic. O casal é investigado por associação criminosa e lavagem de dinheiro.

CLIMA

Cidade de SP iguala recorde de temperatura de maio de 2001

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

A temperatura na capital paulista chegou à máxima de 31,7°C, na quinta-feira passada. Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), essa temperatura foi registrada pela última vez na cidade em maio de 2001. A previsão era de que a máxima ficasse em 33°C. As altas temperaturas são provocadas por uma onda de calor que resulta de uma massa de ar quente e seco muito forte estacionada na cidade.

De acordo com o Inmet, as maiores temperaturas para o

mês de maio registradas em São Paulo foram: 31,7°C, no dia 3, em 2001; 31,5°C, no dia 1º, em 2024; 31,3°C, no dia 7, em 2010; 31,7°C, no dia 3, em 2001; 30,7°C no dia 2 em 2001; e 30,1°C, no dia 1º, em 2003.

Segundo o Balanço Climatológico de Abril, o mês passado foi de chuvas bem abaixo da climatologia e de temperaturas muito acima. Na estação meteorológica no Mirante de Santana, o volume de chuva acumulado foi de 16,6 milímetros (mm), que ficou 70,4 mm (81%) abaixo da Normal Climatológica (1991 a 2020), de 87 mm.

O maior volume de chuva em 24 horas foi de 9,4 mm na manhã do dia 17; houve dois dias com registro de precipitação acima ou igual a 1 mm, desvio de quatro dias a menos que a média climatológica de seis. Neste ano, o déficit de chuva está em 55,5 mm, volume negativo de 6% em relação aos quatro primeiros meses do ano.

As temperaturas fecharam o mês com média de 29,5°C. As máximas ficaram 2,9°C acima da Normal Climatológica, que é de 26,6°C. O último registro dessa temperatura (29,5°C) em um mês de abril foi em 2016. A tem-

peratura máxima do mês foi de 32,8°C, registrada no dia 5.

Segundo o balanço, a média das temperaturas mínimas ficou em 19,4°C, o que representa desvio de 1,9°C acima da referência climatológica de 17,5°C. A temperatura mínima do mês foi de 14,2°C, registrada na manhã do dia 19.

Dados do Centro de Gerenciamento de Emergências da capital mostram que não choveu significativamente na cidade há 16 dias.

A Defesa Civil Municipal mantém toda a cidade em estado de atenção para altas temperaturas.

CHUVAS NO RS

MP manda investigar desvios de recursos para evitar tragédias

VICTOR OHANA/AE

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) solicitou uma investigação sobre eventuais desvios dos recursos emergenciais liberados para a prevenção de tragédias climáticas no Rio Grande do Sul.

Em representação com pedido de medida cautelar, nesta sexta-feira, o subprocurador Lu-

cas Rocha Furtado afirma que "há fortes indícios de que os investimentos em prevenção de tragédias como a atualmente vivida no RS ou a recente inundação do Vale do Taquari, também no RS, não vem sendo realizados pelo estado".

Furtado também menciona pesquisadores do Rio Grande do Sul que apontam deficiências na emissão de previsões dos desastres.

Segundo o procurador, "alia-

do à baixa execução orçamentária dos recursos federais destinados ao combate dos desastres naturais, pode estar ocorrendo de os Estados membros e municípios não estarem fazendo o uso adequado e regular das transferências financeiras a eles destinados para obras e serviços".

Além do pedido de apuração, Furtado solicita a criação de uma força-tarefa do TCU com outros tribunais de conta de Estado e municípios para verificar

"a efetividade do uso dado aos recursos públicos destinados aos Estados normalmente afligidos por tragédias ambientais".

Ele também pede a verificação da existência de emendas no orçamento para a emergência climática no Rio Grande do Sul e quer a checagem de "em que medida a redução da área de preservação ambiental voltada para a agricultura pode ter tido impacto na trágica situação do RS".

MILITAR GOLPISTA

Moraes manda soltar Mauro Cid e mantém sua 'delação de pé'

RAYSSA MOTTA
E TÁCIO LORRAN/AE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), mandou soltar o tenente-coronel Mauro Cid e manteve a validade de sua delação premiada. A decisão atendeu a um pedido da defesa.

O ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro foi preso preventivamente após virem a público áudios em que ele insinua ter sido pressionado a confirmar uma "narrativa pronta" na colaboração.

Em sua decisão, Moraes argumenta que o tenente-coronel reafirmou em depoimento a "total higidez" do acordo e negou ter sido coagido.

"Consideradas as informações prestadas em audiência nesta Suprema Corte, bem co-

mo os elementos de prova obtidos a partir da realização de busca e apreensão, não se verifica a existência de qualquer óbice à manutenção do acordo de colaboração premiada nestes autos, reafirmadas, mais uma vez, nos termos do art. 4º, § 7º, da Lei 12.850/13, a regularidade, legalidade, adequação dos benefícios pactuados e dos resultados da colaboração à exigência legal e a voluntariedade da manifestação de vontade", escreveu o ministro.

Para Moraes, "apesar da gravidade das condutas", não há mais necessidade de manter a prisão preventiva. Mauro Cid voltará a cumprir uma série de medidas cautelares, como o uso de tornozeleira eletrônica e a proibição de usar redes sociais e de manter contato com outros investigados no STF.

Com 170 bloqueios, governo prioriza resgate em localidades isoladas há 72h

PRISCILA MENGUE/AE

Com mais de 8 mil resgatados de bote, helicóptero e caminhões, ainda há pessoas isoladas em diferentes localidades do Rio Grande do Sul após a chuva extrema registrada nos últimos dias. Em coletiva de imprensa, a Defesa Civil declarou que a prioridade será chegar àqueles que estão isolados e há mais de 72 horas sem alimentação e água.

Os cerca de 170 bloqueios estão entre as maiores dificuldades de acesso a diversas localidades, especialmente na região central, na Região dos Vales e na Serra Gaúcha. "Ainda há muito estrago, dificuldade para acessar e pessoas a resgatar", disse o governador Eduardo Leite (PSDB). Com o solo encharcado, áreas também estão em risco de deslizamento, mas o Estado

avalia que melhores condições climáticas vão permitir acesso maior à população.

Um dos resgates mais importantes desta sexta-feira, foi na Ponte Ernesto Dornelles ("Ponte dos Arcos"), que liga Veranópolis e Bento Gonçalves, na Serra Gaúcha.

Como o governador citou na coletiva, moradores aguardaram um resgate por helicóptero por mais de um dia, alguns com ferimentos e fraturas expostas. Um deslizamento havia afetado o entorno, o que gerou pedidos de socorro até nas redes sociais.

Há preocupação com a Grande Porto Alegre - com o aumento do nível do Lago Guaíba, do Rio Gravataí e do Rio dos Sinos -, além do entorno da Lagoa dos Patos (em cidades como Rio Grande, no sul do Estado, que recebem as águas da região metropolitana) e municípios da ba-

cia do Rio Uruguai, na fronteira, onde a chuva está mais intensa. Leite reconheceu o temor de que os sistemas contra enchentes da capital gaúcha não suportem o volume de água.

O balanço das 18 horas desta sexta-feira aponta 39 mortes e 68 desaparecidos, mas o governador alertou que o montante possivelmente aumentará. "Esses números podem subir substancialmente ao longo dos próximos dias, à medida que a gente consiga acessar as localidades e possa ter a identificação de outras vidas perdidas", afirmou em coletiva de imprensa na tarde desta sexta-feira, na capital gaúcha.

"É o pior desastre já registrado na história do Rio Grande do Sul e talvez um dos piores da história recente do País", descreveu Leite. Ao todo, ao menos 265 municípios e 351,6 mil pessoas foram afetados.

Coordenador estadual de Proteção e Defesa Civil, Coronel Luciano Chaves Boeira falou que um dos principais focos é levar ajuda humanitária a regiões mais impactadas neste fim de semana. "Tem pessoas que já estão no limite: provavelmente tenhamos pessoas que estão há 72 horas, talvez mais horas, sem acesso à alimentação, à água", relatou.

Na coletiva, também se agradeceu pela assistência ofertada por outros estados e o governo do Uruguai. A Defesa Civil pediu que doações de alimentos não sejam encaminhadas ao Rio Grande do Sul neste momento, pois há mantimentos para os atendimentos iniciais e, principalmente, dificuldade logística para a distribuição por enquanto. A prioridade é de receber colchões, roupa de cama e travesseiros.

Receita Federal doará roupas apreendidas a vítimas de enchentes no Rio Grande do Sul

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

As vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul receberão roupas, cobertores e outras mercadorias apreendidas pela Receita Federal, anunciou nesta noite de sexta-feira o ministro

da Fazenda, Fernando Haddad. Por meio das redes sociais, o ministro informou que as mercadorias chegarão ao estado nos próximos dias.

"Nos próximos dias, dezenas de toneladas de roupas, cobertores e outras mercadorias apreen-

didas pela Receita Federal chegarão ao RS (Rio Grande do Sul) e serão distribuídas com o apoio de caminhões e helicópteros. Meus sentimentos às famílias das vítimas", postou o ministro na rede social X (antigo Twitter).

Essa é a terceira vez em um

mês que a Receita Federal doa roupas a vítimas de eventos climáticos. Em 4 de abril, o órgão doou 12 toneladas em peças femininas (vestidos, casacos, calças, saias e shorts) às vítimas da chuva no Espírito Santo. As mercadorias estavam avaliadas em R\$ 540 mil.

nal de Educação Digital, sendo usados nas escolas como forma de ensino, com a criação de um repositório de uso livre, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

INCENTIVOS AO SETOR

O projeto de lei sancionado pelo presidente Lula busca regular todos os aspectos relevantes da produção. De acordo com o texto, a indústria de jogos eletrônicos contará com incentivos à economia do setor e renúncia fiscal semelhantes aos previstos para o setor cultural na Lei Rouanet e na Lei do Audiovisual para estimular a produção de conteúdo, com redução de tributos, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de equipamentos necessários ao desenvolvimento de jogos.

O novo marco legal também regulará as atividades dos profissionais de tecnologia. Todos os envolvidos no desenvolvimento de jogos eletrônicos serão incluídos em categorias como microempreendedor individual e na Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego.

Além disso, as empresas de jogos eletrônicos no país serão reconhecidas formalmente, por meio da determinação da criação do Código Nacional de Atividade Econômica, relativo às atividades relacionadas aos jogos.

GAMES

Lula sanciona marco legal dos jogos eletrônicos no Brasil

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, nesta sexta-feira, o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos. O chamado Marco Legal dos Games regulamenta a fabricação, importação, comercialização, o desenvolvimento de jogos eletrônicos e seu uso comercial no Brasil. Segundo a assessoria do Palácio do Planalto, a sanção será publicada em edição regular do *Diário Oficial da União* nessa segunda-feira.

"Sancionei o projeto de lei que cria o marco legal para a indústria dos jogos eletrônicos. Com isso, serão fixados princípios e diretrizes para a sustentabilidade econômica do setor, inclusive de interação dos jogos eletrônicos com legislações específicas do setor cultural, os incentivos fiscais estendidos ao segmento e diretrizes para proteção de crianças e adolescentes", destacou o presidente Lula em postagem nas redes sociais.

A nova legislação foi aprovada pelo Congresso Nacional no mês passado.

Na definição de jogos eletrônicos, segundo a lei, entram os *softwares* (programas para computador), as imagens geradas a partir da conexão com o jogador, conhecido como *game*; os jogos de console de videogames e de realidade virtual (RV), realidade aumentada (RA), realidade mista (RM) e realidade estendida ou imersiva, tanto quando *game* faz o *download* do jogo (baixa o jogo e salva o arquivo naquele dispositivo eletrônico, como *smartphone* ou compactador) ou por *streaming*, que permite a reprodução do jogo sem necessidade de baixar um arquivo. Não entram nesta categoria de *game* os jogos de azar eletrônicos, apostas do tipo *bet*, *poker on-line* e outros que envolvam prêmios em dinheiro.

"A expectativa do setor com a sanção é que possamos ver os investimentos e as oportunidades na área multiplicadas. É estimado que, no intervalo dos próximos três anos, vamos ver a entrada de R\$ 200 milhões a R\$ 300 milhões anuais em investimentos privados no setor, a

multiplicação na base de duas a três vezes do volume total de empregados no setor na próxima década, e, portanto, a criação de oportunidades que colocam o Brasil num patamar mais destacado no ciclo produtivo global", afirmou Márcio Filho, presidente da Associação de Desenvolvedores de Jogos Digitais do Estado do Rio de Janeiro e especialista em games e sociedade.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Pelo texto, a indústria do setor, por meio dos desenvolvedores de *games*, deve proteger crianças e adolescentes da exposição a jogos violentos ou abusos. Além disso, o marco prevê a criação de canais de reclamações e denúncias de abusos para assegurar os direitos deste público no mundo digital, e as ferramentas de compras deverão buscar o consentimento dos responsáveis pelos usuários infantojuvenis.

Outro ponto levantado pelo texto substitutivo é a possibilidade de jogos eletrônicos serem implantados na Política Nacio-

STF

Supremo julgará marco temporal em sessão presencial

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai decidir em sessão presencial do plenário a validade da decisão do ministro Gilmar Mendes que determinou a instauração de processo de conciliação e suspendeu as ações envolvendo o marco temporal para demarcação de terras indígenas.

Nesta sexta-feira, os ministros iniciaram a votação no plenário virtual para decidir se a liminar do ministro será referendada. No entanto, a votação foi suspensa por um pedido de destaque do ministro presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, medida que leva o caso para julgamento presencial. A data da análise do caso ainda não foi definida.

Gilmar Mendes é relator das ações protocoladas pelo PL, o PP e o Republicanos para manter a validade do projeto de lei que reconheceu o marco e de processos nos quais entidades que representam os indígenas e partidos governistas contestam a constitucionalidade da tese.

No entendimento do ministro, questões de grande relevância devem ser debatidas antes

da decisão final da Corte.

"Qualquer resposta advinda dos métodos tradicionais não porá fim à disputa político-jurídica subjacente, merecendo outro enfoque: o da pacificação dos conflitos, na tentativa de superar as dificuldades de comunicação e entendimentos em prol da construção da solução por meio de um debate construído sob premissas colaborativas e propositivas voltadas a resolver os impasses institucionais e jurídicos advindos da Lei 14.701/2023", justificou Gilmar Mendes.

Pela tese do marco temporal, os indígenas somente têm direito às terras que estavam em sua posse no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, ou que estavam em disputa judicial na época. Em dezembro do ano passado, o Congresso Nacional derrubou o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de lei que validou o marco. Em setembro, antes da decisão dos parlamentares, o Supremo decidiu contra o marco. A decisão da Corte foi levada em conta pela equipe jurídica do Palácio do Planalto para justificar o veto presidencial.

CASO SAMARGO

União e ES recusam proposta de R\$ 90 bi

LÉO RODRIGUES/ABRASIL

A proposta apresentada pela mineradora Samarco e suas acionistas Vale e BHP Billiton em meio às tratativas para um novo acordo de reparação dos danos causados no rompimento da barragem ocorrido em 2015 foi recusada pela União e pelo governo do Espírito Santo. Há duas semanas, as mineradoras ofereceram destinar mais R\$ 90 bilhões para as medidas reparatórias.

Para a União e o governo capixaba, houve retrocesso em relação à proposta anterior, discutida em dezembro de 2023. Uma nota conjunta divulgada nesta sexta-feira (3) aponta que os recursos financeiros ainda estão distante do necessário.

Além disso, indica que as mineradoras desconsideraram questões que já haviam sido acordadas e pleiteiam "condições inadmissíveis".

"O aumento do valor ofertado pelas empresas para finan-

ciar as medidas de reparação foi feito em conjunto com uma redução drástica nas obrigações que as mineradoras já haviam concordado em assumir durante as negociações", diz o texto. A nota cita que a nova proposta prevê uma retirada dos rejeitos depositados no Rio Doce muito inferior ao que estava sendo discutido, transfere para o poder público a obrigação de recuperar nascentes e áreas degradadas e encerra o gerenciamento de áreas contaminadas. Além disso, também menciona a desobrigação de reparar danos futuros ou ainda desconhecidos que estão relacionados, por exemplo, com a saúde das populações nas áreas atingidas.

Procurado pela *Agência Brasil*, o governo mineiro adotou posicionamento diverso e avaliou que houve avanços na nova proposta. Manifestou interesse em negociar com base nela, mas acrescentou que irá solicitar ajustes às mineradoras.

MEIO AMBIENTE

Rede ambiental traça caminhos para redução de lixo no mar no RJ

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

“A rede vem com muito lixo. O pescador faz uma garimpagem para poder pegar o pescado dele”, descreve Paulo Santana, presidente da Associação dos Pescadores, Maricultores e Lazer do Sahy (Asopesca), em Mangaratiba, cidade no litoral sul do Rio de Janeiro. O drama relatado é um dos diagnósticos de um estudo feito por especialistas e ativistas, que apresenta caminhos para o enfrentamento ao lixo no mar do estado do Rio.

“O impacto é gritante. É um cotidiano que vem quase que aniquilando a pesca artesanal, nos quilombolas, comunidades indígenas, caiçaras e ribeirinhos”, diz o pescador à *Agência Brasil*.

Paulo Santana participou, nesta sexta-feira, da cerimônia de entrega do documento de 90 páginas a autoridades ambientais do estado.

O evento foi no Museu do Amanhã, ícone arquitetônico na região central do Rio de Janeiro com vista panorâmica da Baía de Guanabara, paisagem com trechos afetados por efeitos da poluição.

O trabalho foi elaborado pela Rede Oceano Limpo, uma articulação que envolve a sociedade civil organizada, acadêmicos, representantes de governos e liderada pela Cátedra para a Sustentabilidade do Oceano da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Um dos responsáveis pelas recomendações de enfrentamento ao lixo no mar é o professor Alexander Turra, do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (USP) e coordenador da cátedra.

“O documento que está sendo lançado é uma construção coletiva que considerou a visão e as contribuições de diferentes atores da sociedade”, explica.

O estudo elaborado por mais de dois anos aponta 32 ações estratégicas para combater a poluição no oceano e traz diagnósticos dos problemas. Um deles aponta que três bacias hidrográficas pertencentes ao estado do Rio - Baía de Sepetiba, foz do Rio Paraíba do Sul e Baía de Guanabara - estão entre os 10 pontos costeiros com maior risco de vazamento de lixo plástico para o oceano no Brasil.

IMPACTOS

Entre as principais consequências da presença do lixo nos mares, o professor da USP destaca a ameaça à biodiversidade. “Os animais ingerem o lixo, se emaranham no lixo e morrem”. Um problema semelhante, acrescenta, é a chamada “pesca fantasma”, causada por redes de pesca, linhas, anzóis e arrasto abandonados no mar.

“Matam os peixes que os pescadores iriam querer pescar. Não alimentam ninguém”, explica à *Agência Brasil*.

Turra aponta ainda um impacto direto à saúde humana, causado pelos microplásticos. “Partículas muito pequenas de lixo ficam presentes cada vez mais no alimento que a gente come. Então é uma via de contato que o ser humano tem com esse tipo de contaminante”.

Constatação observada por Paulo Santana, da associação de pescadores. “O pescador, em vez de trazer uma comida saudável para dentro de casa, está levando uma doença”, diz ele, que tem percebido piora na quantidade e qualidade do pescado.

A presença de lixo nos mares tem impactos econômicos. Um exemplo é o turismo. “Praias que têm um aumento da quantidade de lixo perdem turistas”, ressalta Turra, que cita dados de um estudo feito por ele na cidade de Pontal do

Paraná, no litoral do norte paraense.

“O aumento da quantidade de lixo em praias levaria a um prejuízo de US\$ 8,5 milhões (cerca de R\$ 42,5 milhões) por ano para aquele município. Para um município pequeno, é um absurdo de perda de receita”.

O especialista adverte que habitantes de cidades do interior também têm responsabilidades. “Pessoas longe do mar têm que entender isso porque, muitas vezes, esse problema é gerado lá no comecinho, na bacia hidrográfica da cidade no interior, que vai ter o seu resíduo drenado para o mar”.

RECOMENDAÇÕES

As 32 recomendações estão divididas em seis eixos: ações de ciência, tecnologia e inovação; fomento/financiamento; capacitação; combate ao lixo no mar; monitoramento e avaliação; e educação ambiental e comunicação.

São iniciativas que incluem, por exemplo, incentivo ao desenvolvimento de tecnologias e metodologias para o combate ao lixo no mar; estratégia para captação de recursos; e estímulo à economia circular, ou seja, melhor uso de recursos naturais. O documento está disponível no site da Rede Oceano Limpo.

A gestora da Rede Oceano Limpo-RJ e uma das autoras do documento, Jemilli Viaggi, enfatiza que todas as recomendações são baseadas em ciência.

“Quando a gente fala que esse documento é baseado em ciência, a gente infere que é baseado em uma verdade, um fato que foi replicado e comprovado. Isso se reflete na credibilidade e transparência do projeto. É confiável porque as recomendações são feitas por pessoas especialistas no tema”.

OCEANS 20 (O20)

A entrega do documento às autoridades estaduais acontece no cenário em que o Brasil conduz encontros do Oceans 20 (O20), grupo temático do G20 (reunião das principais economias do mundo).

Alexander Turra, da USP e Unesco, acredita em um pacto entre sociedade e estado contra o lixo no mar.

“Eu esperaria um processo de implementação consistente e de longo prazo, para que as melhorias sejam incrementais. Que a gente dê um passo, suba um degrau e vá um após o outro, ainda que seja devagar. Assim, à medida que a gente subiu o degrau, a gente não vai descer de novo”.

ESTADO

O presidente do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), Renato Jordão, se comprometeu a ser um aliado das ações de enfrentamento ao lixo no mar. “Apoyo total. Tudo que for preciso, nós estaremos juntos nesse novo projeto”.

A subsecretária de Recursos Hídricos e Sustentabilidade da Secretaria estadual do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro, Ana Asti, enalteceu a participação da sociedade civil na construção das recomendações e anunciou que um dos objetivos do governo estadual é alcançar a meta de 90% de saneamento do esgoto na região metropolitana até 2030.

“Isso vai fazer com que consigamos fechar a torneira do esgoto. Além disso, para realmente termos uma baía despoluída, praia despoluída, um mar preservado, precisamos também tirar o lixo da água. Então essa é uma meta, nosso grande desafio”, declarou.

O subsecretário estadual de Energia e Economia do Mar, Felipe Peixoto, sinalizou a necessidade de trazer entes municipais para dividir responsabilidade.

JANET YELLEN

MATHEUS ANDRADE/AE

A secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, afirmou nesta sexta-feira que acredita “profundamente que uma democracia forte é fundamental para construir e sustentar uma economia forte”. Em discurso preparado para um evento no Arizona, a dirigente apontou que muitos questionam se a democracia pode dar resultados, e que “alguns chegam ao ponto de argumentar que destruir a de-

mocracia é uma troca justa ou mesmo necessária para a prosperidade”.

“Deixe-me ser bem clara: eles estão errados. A redução da democracia compromete uma base fundamental do crescimento sustentável e inclusivo”, afirmou. “Em democracias robustas, a liberdade de expressão e as eleições livres, os meios de expressar exigências entre as eleições - desde comentários públicos a protestos e à liberdade de imprensa - responsabilizam o governo. Isto pode ajudar o go-

verno a impulsionar a elaboração de políticas econômicas que satisfaçam as necessidades das pessoas, tais como investimentos em bens públicos como a saúde e a educação, e a corrigir o rumo ao longo do tempo”, disse Yellen. “Nos regimes autoritários, a ausência destes pilares democráticos prejudica o crescimento econômico”, apontou.

E acrescentou: “A minha convicção é reforçada pela investigação econômica, incluindo um estudo recente que conclui que a democratização aumenta o

produto interno bruto per capita em cerca de 20% no longo prazo, e pelo que observei e estudei ao longo da minha vida.”

A secretária do Tesouro dos EUA ainda alertou: “Mas a democracia está agora ameaçada. A nível interno, anos de ataques às nossas normas e instituições democráticas atingiram um extremo sem precedentes em 6 de Janeiro de 2021, com a tentativa de bloquear a transição pacífica de poder que está no cerne da nossa, e de qualquer outra, democracia.”

PARCERIAS

Brasil e Japão anunciam acordos após reunião de Lula com Kishida

LUIZ HENRIQUE GOMES/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o primeiro-ministro do Japão, Fumio Kishida, assinaram acordos bilaterais nesta sexta-feira, para aumentar a cooperação em economia verde e transição energética. Os dois se reuniram no Palácio do Planalto mais cedo, onde discutiram o aumento do comércio entre os dois países e temas relacionados a tecnologia limpa e reformas de governança global.

Os acordos englobam áreas de agricultura sustentável, recuperação do solo, segurança cibernética e comércio exterior. O Brasil trabalha para a abertura do mercado japonês para a carne bovina brasileira.

Após a reunião, os dois líderes falaram com a imprensa e destacaram a cooperação e agenda em comum entre Brasil e Japão. O premiê Fumio Kishida declarou que vai continuar trabalhando pela reforma do Conselho de Segurança da

ONU, assim como o Brasil, e disse que o País é uma liderança na agenda climática global. “Durante a reunião de hoje, reconhecemos a liderança do presidente Lula (na agenda climática) e saudamos a realização da COP”, disse Kishida.

A reforma do Conselho de Segurança, afirmou o premiê japonês, é algo que vai ser trabalhado em conjunto no G4, aliança formada em 2005 entre Brasil, Japão, Alemanha e Índia que demanda o ingresso em lugares permanentes no órgão. “Vamos trabalhar em conjunto para tomar medidas concretas”, acrescentou.

Na sua declaração, o presidente Lula convidou os empresários japoneses a aumentar os investimentos no País em novas áreas, como a inteligência artificial, e ressaltou que a balança comercial entre os dois países chegou a um patamar de US\$ 18 bilhões no passado, mas hoje é de US\$ 11 bilhões. “Nós podemos fazer mais. Quando vocês

(empresários) estiverem olhando para o mapa do mundo para fazer investimento, olhem para o Brasil”, declarou.

Lula ressaltou o tamanho da comunidade nikkei (descendentes nascidos fora do Japão) no Brasil, estimada em mais de dois milhões de pessoas e a maior do mundo, para defender o aumento das relações entre as duas nações. “Pensem: ‘Vou investir no Brasil porque é lá que o japonês ficou’”, acrescentou.

O presidente também acredita que a isenção de visto para brasileiros visitarem o Japão também deve aumentar a cooperação e o intercâmbio entre os povos dos dois países.

A viagem de Fumio Kishida a América do Sul é a primeira dele como primeiro-ministro desde o início do seu governo, em outubro de 2021, e também acaba com um hiato de uma década sem visitas de um líder japonês ao Brasil. Kishida segue para Assunção, capital do Paraguai,

mas retorna ao Brasil na manhã deste sábado (4) para uma série de atividades em São Paulo.

O primeiro-ministro fará uma visita ao memorial em homenagem aos imigrantes japoneses e, em seguida, almoçará com representantes da comunidade nipo-brasileira. Ele deve fazer uma palestra na USP à tarde e se reunir com o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin.

Em tom descontraído, Lula pediu para que Alckmin leve o premiê ao “melhor restaurante da Liberdade (bairro de São Paulo com grande presença da comunidade nipo-brasileira)” para convencê-lo a abrir o mercado japonês para a carne brasileira. “Você vai ver que a nossa carne é a melhor e mais barata do que a que vocês compram hoje. Eu não sei nem o preço da que vocês separam, mas sei que a nossa é mais barata”, declarou o presidente.

REINO UNIDO

Partido de Sunak sofre derrotas em eleições locais e oposição se fortalece

ANDRÉ MARINHO/AE

O Partido Conservador enfrenta uma série de derrotas enquanto os resultados das eleições locais da quinta-feira passada, no Reino Unido são lentamente divulgados. O desempenho dos governistas tende a ampliar a pressão sobre o primeiro-ministro Rishi Sunak, antes do pleito geral que acontecerá em data ainda indefinida neste ano.

Até agora, os Trabalhistas conquistaram 844 assentos em Conselhos - espécie de assem-

bleia legislativa -, o que representa um crescimento de 131, de acordo com levantamento da BBC.

Por outro lado, os Conservadores perderam 309 cadeiras e somam 318. Entre as demais legendas, o Liberal-Democrata ganhou mais 47, a 281, e os Verdes aumentaram em 37, para 87. Candidatos independentes, até o momento, ficaram com 179, um avanço de 79.

Em uma eleição suplementar, os Trabalhistas conseguiram tirar um assento dos Conserva-

dores no Parlamento nacional em Blackpool South, com uma margem sólida de mais de 10 mil votos.

Os opositores, no entanto, tiveram revés em algumas regiões com grande concentração de população islâmica. Em Oldham, no noroeste de Inglaterra, os candidatos do partido parecem ter sido prejudicados pela posição fortemente pró-Israel do líder trabalhista Keir Starmer sobre a guerra em Gaza.

Por outro lado, os trabalhistas venceram em áreas que votaram

fortemente a favor da saída do Reino Unido da União Europeia em 2016, como Hartlepool, no nordeste de Inglaterra, e Thurrock, no sudeste. Também assumiu o controle de Rushmoor, onde nunca havia vencido.

Um ponto positivo para os conservadores foi a vitória na disputa à prefeitura de Tees Valley, que antes do Brexit era um reduto tradicional do Partido Trabalhista. No entanto, a parcela de votos dos governistas caiu quase 20 pontos percentuais, para 54%, em relação a 2021.

GUERRA NO ORIENTE

Israel ameaça Hamas com uma semana para fechar um acordo

Israel deu ao Hamas uma semana para concordar com um acordo de cessar-fogo ou iniciará uma operação militar em Rafah, disseram autoridades egípcias informadas sobre o assunto nesta sexta-feira, enquanto o grupo militante espera por melhores condições que garantam sua sobrevivência. O Egito trabalhou com Israel em uma proposta revisada de cessar-fogo que apresentou ao Hamas no fim de semana passado, segundo autoridades egípcias.

Esperava-se que a liderança política do Hamas consultasse o seu braço militar em Gaza e voltasse à proposta. Mas Yahya Sinwar, o líder militar do grupo em Gaza, que se acredita estar escondido nos túneis do enclave e que toma as decisões finais, não respondeu.

Autoridades egípcias disseram que convidaram altos funcionários do Hamas a retornar ao Cairo nos próximos dias para continuar as negociações. O Hamas disse em comunicado na quinta-feira que sua equipe de negociação irá ao Egito em breve para discutir os termos. Autoridades egípcias di-

zem que o Hamas está buscando uma trégua de longo prazo e garantias dos EUA de que um cessar-fogo será respeitado por Israel.

Autoridades do Hamas expressaram preocupação com o fato de a última proposta ainda ser muito vaga e dar espaço a Israel para reiniciar os combates.

A última proposta apela a um período inicial de calma até 40 dias, durante os quais o Hamas libertaria até 33 reféns, seguindo-se a possível negociação de um cessar-fogo de longo prazo.

As fases seguintes incluiriam

um cessar-fogo de pelo menos seis semanas, durante o qual o Hamas e Israel tentariam chegar a um acordo sobre a libertação de mais reféns e uma pausa prolongada nos combates que poderia durar até um ano.

O primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu, afirma que os militares enviarão forças terrestres para Rafah - uma cidade no extremo sul da Faixa de Gaza onde mais de um milhão de civis palestinos estão abrigados - independentemente de um acordo ser alcançado.

Os militares israelenses disseram que Rafah é o último reduto do Hamas. Mas, a portas fechadas, as autoridades israelenses estão considerando adiar a invasão de Rafah indefinidamente se for alcançado um acordo a longo prazo, dizem as autoridades egípcias